

Serviço Público de Reboque e Amarração

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º Objecto

1. O presente regulamento contem as disposições fundamentais a observar pela concessão do serviço público de reboque e de amarração no porto de Sines e visa disciplinar as actividades nela previstas.
2. As actividades previstas na concessão consistem no seguinte:
 - a) serviços de reboque e de amarração, em regime de exclusividade a navios que carreguem, descarreguem ou transportem mercadorias perigosas a granel na área portuária;
 - b) a prestação de serviços a solicitação da Administração do Porto de Sines na área de jurisdição do respectivo porto;
 - b) serviços de reboque e de amarração às manobras de outros navios que demandem o porto de Sines, mediante solicitação destes;
 - c) serviços de apoio em situações de emergência;
 - d) participação no combate a incêndios e à poluição marítima que possam ocorrer na área portuária.
3. O presente regulamento estará subordinado aos regulamentos gerais do porto de Sines, prevalecendo aqueles em caso de dúvida e/ou contradição.

Artigo 2º Competência

Na sua área de exploração a Administração do Porto de Sines, SA, doravante também designada por APS tem competência nomeadamente, para:

- a) zelar pelo cumprimento da lei em vigor e aplicar sanções nela prevista;
- b) fiscalizar actividades desenvolvidas pela concessionária;
- c) fixar as taxas a cobrar pela utilização dos serviços;
- d) regular o uso público dos serviços inerentes à actividade portuária e sua fiscalização.

Artigo 3º Direitos da Concessionária

A entidade concessionária da exploração do serviço de reboque e amarração tem direito a, entre outros a:

- a) aceder aos espaços portuários que sejam indispensáveis ao exercício pleno da sua actividade e a solicitar, caso eventuais situações o exijam, a adopção de medidas da competência da autoridade portuária necessárias para garantir o gozo pleno dos direitos resultantes da respectiva concessão;
- b) ser remunerada, de acordo com as tarifas em vigor, pelos serviços prestados.

Artigo 4º Prestação de serviços

- 1. A concessionária obriga-se a prestar os serviços de reboque e de amarração na área portuária de uma forma regular e contínua.
- 2. A concessionária obriga-se a prestar todos os serviços de reboque e de amarração na área portuária que lhe sejam requisitados pelas formas que estejam previstas e de acordo com os regulamentos e tarifário em vigor, salvo se o mesmo cliente, ou seu representante injustificadamente não tiver pago serviços anteriormente prestados e não assegure o pagamento dos solicitados e desde que a concedente autorize previamente a recusa da prestação.
- 3. A concessionária poderá utilizar o equipamento afecto à concessão para a realização de serviços na área costeira ou em outros portos, desde que tais serviços não inviabilizem a regular e contínua prestação dos serviços no porto de Sines.

Artigo 5º Segurança e Ambiente

- 1. A concessionária e/ou os seus agentes, enquanto permanecerem na área de jurisdição portuária, são obrigados a cumprir as normas e regulamentos da APS, o estabelecido nos editais da Capitania do Porto de Sines e demais legislação aplicável.
- 2. A concessionária manterá rebocadores com capacidade imediata para combate a incêndios em navios com utilização de água e/ou espuma, preferencialmente com certificados relativos a esta função, emitidos por sociedade classificadora reconhecida.
- 3. A concessionária manterá embarcações com capacidade imediata para a aplicação de dispersantes.
- 4. A concessionária terá um plano de emergência que ficará inserido nos planos de emergência das autoridades marítima e portuária, participando, nas condições que vierem a ser estabelecidas, nos exercícios, treinos e acções reais.

5. Os serviços de segurança e ambiente serão sempre requisitados pela autoridade portuária.

Artigo 6º Responsabilidade

A APS não assume qualquer responsabilidade por perdas, danos, acidentes ou avarias causadas por inobservância das disposições deste regulamento ou falta de precaução de todos aqueles que, em serviço ou não, frequentem os recintos portuários.

Artigo 7º Danos em instalações e equipamentos

1. A reparação de avarias ou estragos culposamente causados pela concessionária em equipamentos ou quaisquer bens da APS, será efectuada pelos respectivos responsáveis sob fiscalização técnica da APS.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a APS notifica o causador ou seu representante, fixando-lhe prazo para a reparação e, sempre que possível, indicará o custo orçamentado para a realização do serviço.
3. No caso de o responsável não querer ou não fazer a reparação no prazo fixado, esta é executada pela APS, correndo as despesas por conta daquele.

Artigo 8º Horário de funcionamento

1. Os serviços funcionarão de modo a que possa ser prestado um serviço regular e contínuo ao longo das 24 horas do dia e de todos os dias do ano.
2. A concessionária compromete-se a manter permanentemente activado, com tripulação a bordo, um rebocador com um mínimo de 35 t de tracção nominal e uma equipa de amarração, composta pelo menos por dois elementos, dotada de meio de transporte.
3. A concessionária designará um coordenador operacional e técnico, fornecendo á APS os modos de contacto com o mesmo, que assegurará todas as acções por forma a satisfazer as necessidades requeridas pelas autoridades marítima e portuária, em termos dos serviços a prestar e ainda em termos da segurança do porto e suas instalações.
4. Os serviços serão requisitados com a antecedência prevista no Regulamento de Exploração do porto de Sines e pelas formas que estiverem estabelecidas e em vigor.

Artigo 9º
Navegação e manobras

A navegação e as manobras das embarcações efectuem-se de acordo com as instruções e normas de segurança marítimas emanadas da Capitania do Porto de Sines.

CAPÍTULO II
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Artigo 10º
Activação dos meios

Os serviços de exploração da APS confirmarão a hora da manobra, pelos meios previstos, competindo à concessionária a activação dos meios necessários - reboques e amarração - previstos nas normas em vigor.

Artigo 11º
Ligação ao sistema de gestão portuário

1. A concessionária compromete-se a manter a ligação à rede informática da APS e à aplicação informática de gestão portuária, actualmente o SINAVE.
2. Compete à concessionária efectuar, em tempo, os registos dos dados que respeitam aos serviços efectuados.

Artigo 12º
Atrasos verificados nos início das manobras

Se a manobra não se realizar à hora para que foi marcada pelos serviços de exploração da APS, considerando as tolerâncias previstas, haverá cobrança de taxa "à ordem" para o pessoal e equipamentos requisitados.

Artigo 13º
Obrigatoriedade de utilização de rebocadores e amarração

1. É obrigatória a utilização dos rebocadores e da amarração da concessionária para o serviço de manobras de navios abrangidos pela concessão e dentro da área de exploração portuária, salvo em casos especiais devidamente justificados por decisão da autoridade portuária.
2. As manobras de fundear e suspender podem ser efectuadas sem o auxílio de rebocadores.

Artigo 14º
Direcção e responsabilidade do reboque

1. A prestação dos serviços de reboque rege-se pelo estabelecido no Decreto-Lei nº 431/86 de 30 de Dezembro, com as definições constantes nos números seguintes.
2. A direcção do trem de reboque pertence ao rebocado e é exercida pelo seu comandante, mestre ou arrais; poderá pertencer ao rebocador desde que previamente acordado.
3. Designa-se por "trem de reboque" o conjunto formado pelo rebocado e rebocador ou rebocadores, durante a execução da manobra.
4. Para efeitos do número anterior, o rebocador pertence igualmente ao trem de reboque desde que se encontre sob a direcção do rebocado, com cabo de reboque passado ou não e durante a manobra de aproximação para passar ou recolher o cabo de reboque respectivo.

CAPÍTULO III
INTERESSE PORTUÁRIO

Artigo 15º

A aplicação das normas contidas no presente regulamento e em regulamentação complementar poderá ser prejudicada sempre que o interesse portuário, nos termos previstos no Regulamento de Exploração do porto de Sines, o justifique e seja evocado pela autoridade portuária.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Artigo 16º
Resíduos

1. A concessionária obriga-se ao cumprimento das normas e regulamentos em vigor na área de jurisdição da APS.
2. A remoção de lixo e/ou de resíduos, resultantes da normal operação das embarcações e equipamentos afectos à concessão, é da responsabilidade da concessionária.
3. A remoção de lixo ou de resíduos, resultantes da realização de obras e trabalhos realizados nas embarcações, equipamentos e instalações afectos

à concessão, é da responsabilidade da concessionária, ainda que os mesmos sejam efectuados por terceiros.

Artigo 17º Fornecimentos e serviços

As embarcações ou instalações afectas à concessão podem utilizar as facilidades concedidas pela APS para o fornecimento de água potável, combustíveis, energia eléctrica, telefones, vapor e outros, devendo estes ser requisitados e efectuados de acordo com as condições que estiverem estabelecidas.

CAPÍTULO V TARIFÁRIO

Artigo 18º Tarifas do serviço de Reboque

1. A tarifa de reboque é devida pelos serviços prestados às embarcações e navios por componentes dos sistemas de reboque no porto usados para a realização de manobras de entrar e atracar, entrar e fundear, suspender e atracar, largar e fundear, largar e sair, suspender e sair, serviços de mudanças, de experiências e serviços de correr ao longo do cais ou de outras estruturas de atracação, incluindo a sua disponibilidade, nos termos do RST.
2. A constituição do trem de rebocadores, é definida pela autoridade portuária, de acordo com o tipo de navio, manobra e posto de acostagem ou cais
3. A tarifa de reboque é estruturada em pacotes, por classes de GT e tipo do navio rebocado e por tipo de manobra, de acordo com a tabela em vigor.
4. Se se verificar requisição de rebocadores suplementares, em relação ao número de rebocadores definidos pela autoridade portuária, para a manobra em causa, devido a normas de segurança ou a pedido do comandante do navio, que possa ser satisfeito, será aplicada a tarifa a tempo prevista como alternativa no presente artigo.
5. Se o navio rebocado manobrar só com recurso a força de tracção dos rebocadores, as taxas aplicáveis serão majoradas de 50%.
6. Em alternativa, por opção do comandante do navio rebocado, expressa no acto da requisição do serviço de reboque, a tarifa é cobrada por rebocador em função do tempo e da força de tracção do rebocador utilizado, de acordo com a tabela em vigor.
7. Na tarifa de reboque cobrada em função do tempo e da força de tracção do rebocador utilizado, os serviços que excedam uma hora serão cobrados por

períodos de meia hora indivisíveis, de acordo com as taxas fixadas no n.º 5.

8. Na tarifação do serviço de reboque por pacote ou na alternativa em função do tempo haverá lugar à cobrança de tempo à ordem se, estando presentes os rebocadores, o serviço não for iniciado até sessenta minutos ou, no caso de assistência à largada, até trinta minutos após a hora para que foi confirmada pelos serviços de exploração da APS, sendo o tempo contado desde o momento de colocação do equipamento à disposição do requisitante até ao momento de início do serviço.
9. Caso os rebocadores se atrasem mais de trinta minutos em relação à hora para que o serviço foi confirmado pelos serviços de exploração da APS, as taxas de reboque aplicáveis beneficiarão de uma redução de 25%.
10. Pela utilização de rebocadores em outros serviços e/ou fornecimentos em porto não referidos nos números anteriores, bem como pelos períodos à ordem, são devidas, por unidade, quantidade e período de tempo indivisível, segundo o tipo, as taxas constantes na tabela em vigor.

Artigo .19º

Cancelamentos e alterações das requisições de serviços de reboque

1. As requisições de serviços de reboque podem ser canceladas ou alteradas, desde que com um aviso dado com antecedência mínima de duas horas em relação à hora indicada na última requisição.
2. Caso ocorra cancelamento ou alteração nos serviços de reboque fora da condição definida no n.º anterior, será cobrada uma taxa, correspondente a uma percentagem sobre o serviço cancelado ou alterado, de acordo com o seguinte escalonamento:
 - a. Aviso com antecedência inferior a duas horas em relação à hora indicada na última requisição: 25%;
 - b. Aviso com antecedência inferior a uma hora em relação à hora indicada na última requisição: 50%;
 - c. Aviso posterior à hora indicada na última requisição, até ao limite de uma hora: 75%;
 - d. Aviso posterior à hora indicada na última requisição, até ao limite de duas horas: 100%;
3. Decorridas duas horas após a hora indicada na última requisição, e caso o serviço não se tenha iniciado, haverá lugar ao cancelamento automático do mesmo, com pagamento integral do serviço requisitado.

Artigo 20º

Contagem do tempo

1. Para efeito de aplicação da tarifa de reboque, a contagem de tempo inicia-se no momento em que o equipamento chega ao local da prestação do

serviço ou desde a hora para que foi requisitado, se o início da prestação do serviço sofrer atraso por motivos alheios aos rebocadores, e termina, depois de concluída a operação, com o seu regresso ao local de estacionamento ou com início de outra prestação de serviço.

2. A contagem de tempo é interrompida por motivo de avaria ou por outras causas que sejam impeditivas de o equipamento trabalhar.

Artigo 21º Tarifa de amarração

1. A tarifa de amarração é devida pelos serviços prestados ao navio pelas componentes dos sistemas relativos a operação de navios, nomeadamente amarração e desamarração, substituição de cabos, montagem ou colaboração na colocação de acessos a navios, incluindo pessoal habilitado, respectivo equipamento e lanchas de amarração, quando previsto, incluindo a sua disponibilidade, nos termos do RST.
2. Os serviços previstos nesta tarifa são os seguintes:
 - a. Serviço de amarrar;
 - b. Serviço de desamarrar;
 - c. Serviço de correr ao longo do cais.
3. A constituição da equipa de amarração, pessoal e lanchas, é definida pela autoridade portuária, de acordo com o tipo de navio, manobra e posto de acostagem ou cais.
4. A tarifa de amarração é estruturada em pacotes, por classes de GT e tipo do navio rebocado e por tipo de manobra, de acordo com a tabela em vigor.
5. Haverá lugar à cobrança de tempo à ordem se, estando presente o pessoal e/ou equipamento, os serviços não forem iniciados até sessenta minutos, no caso da amarração, ou trinta minutos, no caso da desamarração e de correr ao longo do cais, após a hora para que foram confirmados pelos serviços de exploração da APS.
6. A taxa de amarração à ordem das embarcações é de 25% sobre as respectivas taxas de serviço aplicáveis, por cada hora ou fracção de atraso.
7. Se o pessoal e/ou equipamento permanecer em serviço para além de duas horas a contar do início efectivo de cada operação, será cobrada uma taxa suplementar equivalente a 25% da prevista por serviço, para a respectiva classe de GT e por cada hora de atraso indivisível.
8. Caso ocorra atraso superior a trinta minutos no início da prestação dos serviços relativamente à hora para que foram confirmados pelos serviços de exploração da APS, as taxas de amarração aplicáveis beneficiarão de uma redução de 25%.

Artigo 22º

Cancelamentos e alterações das requisições de serviços de amarração

1. As requisições de serviços de amarração podem ser canceladas ou alteradas, desde que com um aviso dado com antecedência mínima de duas horas em relação à hora indicada na última requisição.
2. Caso ocorra cancelamento ou alteração nos serviços de amarração fora da condição definida no n.º anterior, será cobrada uma taxa, correspondente a uma percentagem sobre o serviço cancelado ou alterado, de acordo com o seguinte escalonamento:
 - a. Aviso com antecedência inferior a duas horas em relação à hora indicada na última requisição: 25%;
 - b. Aviso com antecedência inferior a uma hora em relação à hora indicada na última requisição: 50%;
 - c. Aviso posterior à hora indicada na última requisição, até ao limite de uma hora: 75%;
 - d. Aviso posterior à hora indicada na última requisição, até ao limite de duas horas: 100%;
3. Decorridas duas horas após a hora indicada na última requisição, e caso o serviço não se tenha iniciado, haverá lugar ao cancelamento automático do mesmo, com pagamento integral do serviço requisitado.

CAPÍTULO VI QUALIDADE

Artigo 23º

Qualidade

1. A concessionária obriga-se a substituir os serviços da APS como subscritora da *Carta de Qualidade do Porto de Sines*, no que respeita às secções **9.** e **13.** e na parte da **11.** que respeita ao serviço de amarração.
2. A concessionária deverá implementar um sistema de certificação de qualidade.

Artigo 24º

Protestos

1. A concessionária obriga-se a dar conhecimento aos serviços comerciais da APS de todos os protestos que receber, bem como da resposta aos mesmos, mantendo registos actualizados.
2. Os dados farão parte dos indicadores que a concessionária se obrigará a fornecer trimestralmente à APS.

Artigo 25º
Indicadores de gestão

A concessionária fornecerá trimestralmente à APS dados estatísticos, onde constarão os seguintes indicadores:

- a. Número de serviços – efectuados, cancelados, etc;
- b. Unidades utilizadas – por manobra, etc;
- c. Tempos – á ordem, em serviço, etc;
- d. Atrasos – da concessionária, de outros;
- e. Protestos – recebidos, emitidos;
- f. Outros que a concessionária entenda úteis ou que venham a ser acordados entre a concessionária e a concedente